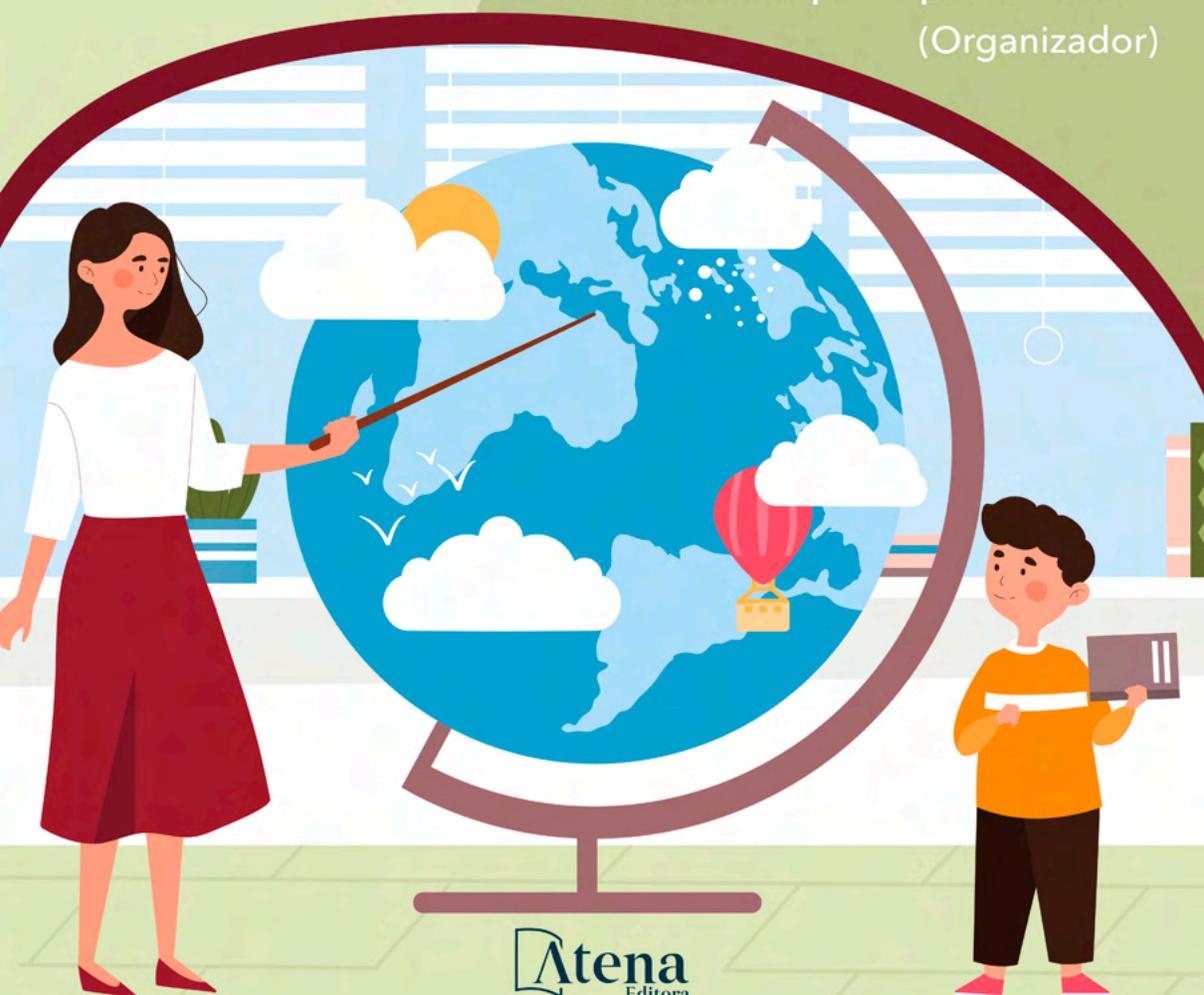


GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas 2 /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0278-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.787220106>

1. Geografia – Estudo e ensino. I. Ferreira, Gustavo
Henrique Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 910.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “**Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas - 2**” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de dezenove capítulos de professores/as e pesquisadores/as oriundos/as de diferentes instituições brasileiras.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação inicial e continuada de professores. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater a Geografia e suas múltiplas dimensões teóricas e práticas.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam leituras inerentes ao Ensino de Geografia, Metodologias e Currículo de Geografia, Educação Ambiental, Metodologias ativas e inclusão, Geotecnologias e ensino, Desenvolvimento econômico e social, Geografia da Saúde, Comércio ilegal na fronteira, Enchentes em áreas urbanas, Urbanização do Cerrado, Geoturismo e Mineração e seus impactos. Tais temas são essenciais para construção para uma Geografia que fomente à cidadania e transformação social e territorial.

Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da ciência geográfica para derrubar barreiras e muros e construir pontes com o zelo e compromisso social com um presente-futuro para todas, todos e todes aqui e acolá.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DELGADO DE CARVALHO E THEREZINHA DE CASTRO: DA NECESSIDADE DA GEOPOLÍTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA (VERSÃO AMPLIADA)	
André Luiz de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201061	
CAPÍTULO 2	17
O ESPAÇO VIVIDO E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DAS HABILIDADES PRESENTES NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR- BNCC DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA	
Fábio Ferreira de Lima	
Maria Ediney Ferreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201062	
CAPÍTULO 3	33
A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO	
Cynthia Ellen Bonifácio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201063	
CAPÍTULO 4	39
O USO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES SURDOS NO ENSINO DE LIBRAS	
Tales Douglas Moreira Nogueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201064	
CAPÍTULO 5	52
BREVES REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO	
Cynthia Ellen Bonifácio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201065	
CAPÍTULO 6	59
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GEOTECNOLOGIAS APLICADAS NO ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO AMAZONAS	
Marilene Alves da Silva	
Letícia Alves da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201066	
CAPÍTULO 7	69
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201067	

CAPÍTULO 8..... 87

A INFLUÊNCIA DA GRIPE ESPANHOLA E COVID-19 NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO RECIFENSE

Marina Loureiro Medeiros

Jessé Santos de Souza Junior

Maria Vitória Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201068>

CAPÍTULO 9..... 96

FATORES GEOGRÁFICOS INTERVENIENTES NA OCORRÊNCIA DA GASTROENTERITE NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, PR

Alessandro Gonçalves

Felipe Oliveira Zahaidak

Carlos Alexandre de Paula Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201069>

CAPÍTULO 10..... 109

O COMÉRCIO ILEGAL DE CIGARROS NO SEGMENTO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI SITUADO ENTRE OS DEPARTAMENTOS DE ALTO PARANÁ E CANINDEYÚ COM O OESTE DO PARANÁ: UMA ATIVIDADE ORGANIZADA EM REDES?

Alan D. Schons

Maristela Ferrari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010610>

CAPÍTULO 11..... 126

O TRANSBORDAR DO CÓRREGO SEGREDO EM CAMPO GRANDE – MS: A PERCEPÇÃO DO PROBLEMA QUANDO SUAS ÁGUAS SE UNEM À CHUVA E CAUSAM ENCHENTES

Rejane Alves Félix

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010611>

CAPÍTULO 12..... 145

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA (PR): UMA ANÁLISE DOS POTENCIAIS GEOTURÍSTICOS

Euzemar Florentino Junior

Gilnei Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010612>

CAPÍTULO 13..... 154

REBATIMENTOS SOCIOESPACIAIS DA URBANIZAÇÃO DOS CERRADOS: BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM FOCO

Elton Andrade dos Santos

Agripino Souza Coelho Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010613>

CAPÍTULO 14..... 167

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA FARINHA DE MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA UMA FERRAMENTA CAMPONESA - ANÁLISE E REFLEXÃO

Andreia silva de Alcantara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010614>

CAPÍTULO 15..... 178

ESTIMATIVA DO USO DE NPK NA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS AGUAPEÍ E PEIXE- OESTE PAULISTA

Renata Pereira Prates

Bianca Carreira

Edmiler José Silva Degrande

Paulo Cesar Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010615>

CAPÍTULO 16..... 190

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA PREVISÃO DE DESLIZAMENTOS DE TERRA

Caio Saito Leopoldo e Silva

Oswaldo R. T. Hu

Sergio V. D. Pamboukian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010616>

CAPÍTULO 17..... 200

CULTURA E RURALIDADE ARAGUAIA-TOCANTINA – ELEMENTOS PARA SE PENSAR A POSSE DA TERRA

Angel Marques Amador

Ronildo Guilherme Sales

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010617>

CAPÍTULO 18..... 214

MEGAMINERAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GEOGRÁFICAS A PARTIR DO SEMIÁRIDO MINEIRO

Bruna França Oliveira

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010618>

CAPÍTULO 19..... 234

GÉNESIS Y EVOLUCIÓN TECTÓNICA DE LA CUENCA DE SALINAS GRANDES (PUNA SEPTENTRIONAL, ARGENTINA): INFERENCIAS A PARTIR DE LA ARQUITECTURA SÍSMICA, GEOLOGÍA Y GEOMORFOLOGÍA

María del Carmen Visich

David Afranllie

Josefina Ramírez Visich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010619>

SOBRE O ORGANIZADOR	248
ÍNDICE REMISSIVO.....	249

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA FARINHA DE MANDIOÇA NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA UMA FERRAMENTA CAMPONESA - ANÁLISE E REFLEXÃO

Data de aceite: 02/05/2022

Andreia silva de Alcantara

Doutoranda em Geografia
Salvador/Ba

<http://lattes.cnpq.br/0396164434697671>

RESUMO: No município de Irará os camponeses têm criando diferentes estratégias para garantir sua reprodução. O acesso à terra é condição historicamente negada pelo Estado, a condição de camponês é resistir as ofensivas do capital frente as demandas reais de sobrevivência. No município de Irará, a produção de mandioca e seus derivados sobretudo a farinha de mandioca é uma estratégia para reprodução do campesinato, pois garante a renda necessária para manutenção da família. O modo de vida camponês expresso por meio da agricultura tradicional, das crenças, hábitos, organização e divisão do trabalho na unidade camponesa, saber popular, artesanato, entre outros, são características que se configuram como riqueza cultural do município de Irará. Nesse contexto, a indicação geográfica da farinha de mandioca é mais uma ferramenta de resistência camponesa, identidade e desenvolvimento territorial que está sendo analisada pelos camponeses iraraense. Os camponeses vislumbram a possibilidade de ampliar e garantir o mercado justo para a comercialização da farinha de mandioca e buscam uma maior valorização do seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Indicação geográfica, Campesinato, território, resistência camponesa.

ABSTRACT: In the municipality of Irará, peasants have created different strategies to guarantee their reproduction. Access to land is a condition historically denied by the State, maintaining the condition of a peasant is to resist the offensives of capital in the face of real demands for survival. In the municipality of Irará, the production of cassava and its derivatives, especially cassava flour, is a strategy for the reproduction of the peasantry, as it guarantees the necessary income to maintain the family. The peasant way of life expressed through traditional agriculture, beliefs, habits, organization and division of work in the peasant unit, popular knowledge, handicrafts, among others, are characteristics that constitute the cultural wealth of the municipality of Irará. In this context, the geographical indication of cassava flour is yet another tool for peasant resistance, identity and territorial development that is being analyzed by the peasants of Iran. The peasants envision the possibility of expanding and guaranteeing a fair market for the commercialization of manioc flour and are looking for a greater appreciation of their territory.

KEYWORDS: Geographical indication, Peasantry, territory, peasant resistance.

INTRODUÇÃO

Partido da premissa de que o campesinato compõe uma classe social heterogênea, é essa condição que permite entendê-lo enquanto uma unidade de classe marcada pela diversidade sócio-cultural e política dos sujeitos do campo.

Essa classe se manifesta no enfrentamento do modelo de desenvolvimento proposto para o campo brasileiro, baseado na concentração fundiária e na agroexportação.

O município de Irará possui índice populacional de aproximadamente 27 mil habitantes, dos quais 11 mil habitam no espaço urbano e 16 mil no espaço rural. A pequena propriedade com espaço menor que 50 hectares, representa 86% das propriedades rurais e concentra 59% da população total do município. Na organização da estrutura fundiária, a maior parte da população rural (67,5%) vive com menos que dois hectares, e outra parte significativa dos estabelecimentos (31%) ocupam áreas com menos de 50 hectares, ou seja, valor relativamente próximo a um módulo fiscal que para o município de Irará é de 30 hectares (INCRA, 1997). Apesar de o município congregar a maior parte da população no espaço rural e de não predominar as grandes propriedades, a estrutura fundiária ainda é concentrada e evidencia contradições socioeconômicas.

No município de Irará os camponeses têm criado estratégias para garantir sua reprodução. O acesso à terra é condição historicamente negada pelo Estado e assim os camponeses que não possui terra, ou que a possui em quantidade insuficiente para sua reprodução, tem construindo meios de permanência no campo através dos sistemas de arrendamento, parceria, ocupação de terras devolutas, entre outros.

A agricultura camponesa é expressiva no município. Dentre os produtos da agricultura camponesa se destaca a produção da mandioca, principal produto da economia municipal agrícola, ela é a matéria prima na produção da farinha, produto que é base da economia municipal e também a atividade que mais absorve mão de obra de trabalhadores rurais no município. A mandioca é que garante a manutenção da família camponesa sendo utilizada para alimentar os animais na unidade camponesa (galinha, suíno, ovino, gado leiteiro), e para o consumo humano como a, farinha de mandioca, fécula, beiju, tapioca, puba, biscoitos de goma e sequilho, entre outros derivados.

As técnicas de produção da farinha de mandioca são tradicionais e passadas historicamente como herança cultural entre as famílias iraraenses. A produção da farinha em Irará é em maior parte artesanal, tendo auxílio do trator apenas no processo de arar e gradear a terra.

Nesse contexto a indicação geográfica é uma ferramenta de auxílio para os camponeses na produção e comercialização da farinha de mandioca. As Indicações Geográficas (IG) contribuem para a preservação da biodiversidade, do conhecimento e dos recursos naturais. Trazem contribuições extremamente positivas para as economias locais e para o dinamismo regional, pois proporcionam o real significado de criação de valor local. No Brasil, a IG é um instrumento jurídico-legal usado para identificar a origem de produtos ou serviços, quando o local torna-se conhecido, ou quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deve à sua origem geográfica.

A produção de farinha de mandioca no município de Irará mantém a tradição histórico cultural, é uma atividade exercida historicamente pelos camponeses do município. É uma

atividade que se vincula por sua definição a um IP. O IP diferencia os produtos e serviços, mas especialmente os territórios, já que essas diferenças podem estar ligadas a um sabor peculiar, a uma tradição histórica. Trata-se, por exemplo, de produtores que se agregam em torno de um processo produtivo (o saber-fazer). A ocorrência dessas características e a necessidade de proteção dos produtores e de segurança aos consumidores geram as condições prévias ideais (possibilidades) para solicitação de uma IG, que é um nome geográfico. O seu reconhecimento fundamenta-se em características particulares, bem precisas e delimitadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estrutura do Campesinato brasileiro foi gerada no Brasil Colônia (1500 - 1822), a figura do camponês surgiu nesse período ainda de maneira incipiente, sob relações distintas e complexas que se estabeleceram entre os portugueses pobres, porém com as condições de privilégios da sociedade burguesa, os mestiços (população pobre e livre), os negros africanos e índios em condições de escravos (MARTINS, 1986).

Outra forma de constituição incipiente do campesinato foi observada por Freire e Malheiros (2010), nos Aldeamentos Missionários, século XVII, onde as missões jesuítas capturavam índios de diversas etnias, domesticavam através do processo de catequização, e alojavam em aldeias que eram administradas pela igreja. Esses índios constituíam-se como uma espécie de “cadastro de reserva” que estavam à disposição dos colonos, enquanto mão de obra escrava, exercendo nas aldeias a agricultura de subsistência.

Assim, mesmo em condições complexas e sem o auxílio do Estado, o campesinato se estabeleceu no Brasil como forma de resistência e sobrevivência da classe trabalhadora (índios, negros africanos, mestiços e imigrantes pobres). Foram esses grupos aqui citados responsáveis na elaboração de técnicas da agricultura tradicional, que foi resultado das tentativas de cultivar alimentos em meio às dificuldades em relação à fertilização do solo, recursos financeiros, insumos, ferramentas entre outros.

Para Chayanov (1981), o camponês ou artesão que gerem a sua própria atividade, sem recurso ao trabalho assalariado, obtêm, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração.

Assim, entendemos por campesinato a classe social formada por camponeses em que as famílias, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não-agrícola, realizada de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação (COSTA, 2008). Ainda segundo Porto e Siqueira (1997), o conceito de campesinato guarda as características históricas de grupos sociais, lógica e especificidade de funcionamento e de organização da

unidade produtiva, caráter familiar do trabalho, leis de movimento da chamada economia camponesa, entre outros.

A formação do campesinato brasileiro resultou de um processo histórico. Neste sentido, concordamos com Martins (1984), que o campesinato brasileiro “é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão” (MARTINS, 1984, p. 160).

Quando estudamos o município de Irará percebemos que a formação do campesinato não destoia do processo histórico brasileiro. Fatores como a mão de obra escrava, formação dos latifúndios através das concessões de sesmarias, pecuária extensiva, produção do fumo e de alimentos de subsistência principalmente a mandioca consolidaram a estruturação do espaço agrário do município de Irará.

Desse modo, o camponês não foi separado totalmente do meio de produção, porém, a dimensão de terra não garante sua reprodução, ou seja, é necessário que o camponês além de cultivar na terra venda sua força de trabalho como complemento da renda familiar. As parcelas de terra ocupada pelos camponeses são tão pequenas sendo insuficiente para garantir que o camponês sobreviva apenas da produção agropecuária. Isto ocorre porque “o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital” (OLIVEIRA, 1987, p. 54).

Nota-se assim, no espaço rural em Irará, de um lado o predomínio de uma população vivendo um processo de fracionamento da terra de herança e com dificuldades em adquirir novos lotes, ou mesmo produzindo em condições que limitada a sobrevivência da família. Do outro lado, um processo de concentração das terras, levando muitos agricultores a submeterem sua força de trabalho total ou parcial ao assalariamento e a migrar para a cidade em busca de meios que garantam sua reprodução. Assim, concordamos com Thomas Junior (2002), que a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A metodologia é um caminho que adotamos no sentido de orientar a pesquisa. Ela funciona como um guia. Porém, é preciso ser vigilante para que a mesma não nos aprisione. Por conseguinte, nesse trabalho consideramos o método materialista histórico dialético e as categorias de análise geográfica como espaço e o território, por compreender que as relações contraditórias do capital se manifestam no espaço geográfico do município em estudado, onde as relações de poder e a defesa da identidade camponesa são latentes .

Dialogando com Chauí (2000), a sociedade se constitui a partir de condições materiais de produção e da divisão social do trabalho, são essas dinâmicas históricas

sociais concretas que fundamentam o materialismo histórico discutido por Marx e Engels.

Konder (1985) discute que, na dialética, não se pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes quanto a diferença entre elas, são as conexões existentes entre realidades distintas que criam unidades contraditórias. O autor vai defender que a contradição é essencial para compreensão da totalidade. Nesse sentido, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico dos movimentos pelos quais os seres existem.

As categorias de análise marxistas exprimem formas de modo de ser, determinações de existências, elas são categorias ontológicas, objetivas e reais. Por isso, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias (NETTO, 2011).

Nesse sentido a classe trabalhadora deve buscar a emancipação humana através da autonomia política, soberania alimentar, entre outros meios. Ou seja, é uma luta pelo fortalecimento das organizações populares e conquista de direitos sociais. Logo, é uma luta pela reprodução da vida. São esses fatores que justificam a necessidade da autonomia da classe trabalhadora e seu rompimento com o processo histórico de alienação.

Dialogando com as categorias geográficas o território é definido como uma construção conceitual a partir da noção de espaço – o espaço é anterior ao território, na condição de matéria-prima natural. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o homem territorializa o espaço. Assim, o território é um produto resultante da moldagem pela ação social, [...] “onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Dentre as concepções teóricas que fundamentam a discussão sobre o tema reprodução do campesinato e Indicação Geográfica, é necessário atentar para a concepção de território, identidade e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, torna-se imprescindível incluir a questão da territorialidade. Soja (1971) esclarece, no âmbito da conotação política da organização do espaço pelo homem, a noção de territorialidade, que pode ser considerada como: “[...] um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço e de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes “ (SOJA, 1971, p.19).

A territorialidade implica ação institucional no âmbito de um território (espaço socioecológico delimitado). Mantém-se a integridade do corpo territorial, mesmo quando se extraem recursos do seu estoque ecológico-social. O controle concomitante do acesso aos recursos produzidos revela, ao mesmo tempo, funções econômicas, políticas, ideológicas e sociais. Ou seja, pode-se entender território como delimitação, e territorialidade como controle (SANTOS, 2009).

O que se busca na efetiva implementação de uma IG, por parte de grupos produtores específicos, é sobretudo o reforço da sua participação na gestão territorial, particularmente no que se refere às políticas públicas. Desse modo, o território é compreendido como espaço formado por distintos atores sociais, organizado socialmente para além da atuação

do Estado. A territorialidade, portanto, corresponde à *face vivida* do poder e do território é evidenciada como um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos (RAFFESTIN 1986).

A análise dos conflitos a partir do espaço fracionado possibilita recolher elementos que expressam, de modo a delinear/delimitar/definir e diferenciar, os territórios, produto dos conflitos. Em outros termos, recorta-se o espaço por um conjunto de territórios tensos e, portanto, densamente conflitivos, marcando-se “um campo de correlação de forças” em “busca de hegemonia” (MOREIRA, 2007, p. 81). Partindo desses aspectos, Saquet (2007) discute que o território se diferencia do espaço por explicitar alguns elementos que não se revelam no espaço de modo detalhado, quais sejam, as relações de poder, a construção de identidades.

Devemos levar em consideração, ainda, que apenas descrever o território em si, não revela, suficientemente, os conflitos e a diferença que o caracteriza. Significa analisar o processo de produção de uma determinada fração do espaço, mas não o processo de produção do território, em termos de relações de poder, de identidades e de movimento, contextualizados no espaço como totalidade. O espaço, como totalidade, tem os territórios e suas conflitualidades como elemento imprescindível. Nesse sentido, o território, como fração do espaço, contribui com o processo de composição e transformação da totalidade o que, em grande medida, perspectiva a realização de análises que possibilite avaliar o seu grau de interdependência e de autonomia frente aos demais territórios e sua expressão no processo de composição da totalidade do espaço (FERNANDES, 2009).

Os territórios, dessa perspectiva, são desdobramentos dos processos de produção do espaço. Nesse sentido, o espaço e o território são indissociáveis sendo que o “processo de territorialização é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais” (SAQUET, 2007, p. 127). Para Santos (2008) (b), na perspectiva do espaço de governança, o território se estabelece como conjunto de objetos naturais e técnicos que se configuram em determinada área. Além disso, o território também é a extensão de área na qual as relações sociais se realizam, mas também, produzem e ressignificam o território.

Já Moreira (2009), discute que o espaço geográfico é processo e resultado da relação homem-meio mediado pelo trabalho, o que torna o espaço reflexo da sociedade. Nesse sentido, os homens produzem sua existência produzindo o espaço.

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA FARINHA DE MANDIOCA COMO INSTRUMENTO DA REPRODUÇÃO CAMPONESA

No município de Iará, as pequenas propriedades foi constituída em áreas periféricas, através da construção de quilombos de negros e índios que adentravam as terras do município em busca de refúgio (SANTOS, 2008 a). Essas pequenas propriedades também se formaram através das aldeias missionárias, onde pequenas frações de terra eram

cedidas aos índios “domesticados” e destinadas a produção da agricultura de subsistência.

Na agricultura camponesa entre os alimentos com maior potencial energético cultivados estão o feijão de diversas espécies (feijão mulato, preto, fradinho, mangalô e o andú), milho, mandioca, aipim, amendoim, batata doce. Na pecuária, destaca-se a produção da galinha caipira, codorna, porco, ovelha, cabra e o bode.

Porém é a produção da mandioca o principal produto produzido no município de Irará. A mandioca configurando-se como matéria prima do sistema produtivo, sendo utilizada na fabricação de farinha, beiju, tapioca, biscoitos de goma e sequilhos. Os subprodutos da mandioca são usados na produção de ração para alimentar os animais na pequena propriedade, favorecendo a criação de pequenos animais (galinha, porcos, ovelhas e cabras e vacas para produção de leite).

É relevante destacar que a produção da farinha de mandioca é historicamente uma atividade exercida por camponeses no município de Irará, ela é uma atividade de viés econômico e cultural. As técnicas de produção são tradicionais e passadas historicamente como herança cultural entre as famílias iraraenses.

Existem duas modalidades na venda da farinha de mandioca no município de Irará. Modalidade (a): a venda é feita no Mercado Municipal em regime de peso (unidades em litro). Nesta modalidade a venda é feita diretamente entre o produtor e o consumidor. Aqui os camponeses têm autonomia na relação da venda, podendo assim estipular o preço do produto.

Na modalidade (b), a produção da farinha é comercializada a atravessadores que compram direto na unidade camponesa, ou seja, casa de farinha. Outras vendas também são concretizadas a atravessadores no centro de abastecimento (em regime de saca, 50kg). É na venda da produção camponesa aos atravessadores que a exploração do trabalho se concretiza a partir da expropriação da renda camponesa. Nesse momento o camponês perde sua autonomia com relação a sua produção, o preço da farinha é estipulado pelo atravessador.

O valor da farinha de mandioca no município de Irará é flutuante. No ano de 2012 devido ao longo período de estiagem a farinha passou a custar R\$ 300,00 reais. Já em 2015 o preço oscilou entre R\$ 50,00 e R\$ 80,00. E em 2016 o preço da farinha de mandioca oscilou entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 reais (trabalho de campo, 2016).

No município de Irará os atravessadores além de se apropriar do trabalho do camponês comprando à farinha a baixo do preço do mercado, ele também atua na flutuação do preço da farinha no mercado de Irará através da introdução de farinha de mandioca oriundas dos estados de São Paulo e Paraná. Conforme o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará, são os atravessadores que criam a rede de comercialização da farinha de mandioca do município de Irará. Dessa forma, a farinha de mandioca é comercializada nos municípios de Salvador, Santo Antônio de Jesus, Capim Grosso, Coité, Feira de Santana, Serrinha e Riachão do Jacuípe.

A farinha de Ipiranga não tira a goma, é uma farinha “forte e tem paladar”. A farinha que vem de São Paulo, Paraná é uma farinha que se extrai a goma. Então o comerciante traz a farinha de São Paulo e do Paraná e mistura com a farinha de Ipiranga adulterando assim a qualidade da farinha de Ipiranga, essa farinha adulterada e vendida como sendo farinha de Ipiranga. Neste processo os atravessadores conseguem baixar o preço da farinha no mercado, desvalorizando assim a farinha produzida em Ipiranga, pois o custo de produção não corresponde ao preço de venda estabelecido pelos atravessadores.

É nesse contexto que a Indicação geográfica da farinha de mandioca é uma ferramenta para melhoria das condições de vida dos camponeses do município de Ipiranga, com contribuição direta no processo de reprodução e reafirmação do campesinato.

As Indicações Geográficas (IG) são ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Elas possuem duas funções em principal: agregar valor ao produto e proteger a região produtora. O sistema de Indicações Geográficas deve promover os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intransferível. Essa herança abrange vários aspectos relevantes: área de produção definida, tipicidade, autenticidade com que os produtos são desenvolvidos e a disciplina quanto ao método de produção, garantindo um padrão de qualidade. Tudo isso confere uma notoriedade exclusiva aos produtores da área delimitada (SEBRAE, INPI, 2014).

Desde o século XIX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o significativo crescimento e a importância das IG impuseram a sua regulamentação no âmbito internacional. A Convenção da União de Paris (CUP), de 1883, o Acordo de Madri, de 1891, o Acordo de Lisboa, de 1958, bem como o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos à Propriedade Intelectual referente ao Comércio (ADPIC), de 1994, balizam a evolução jurídica internacional dos direitos da propriedade intelectual, de que a IG já é considerada como parte importante.

A Lei de Propriedade Intelectual (Lei 9.279/96), arts. 176-182, e a Resolução do INPI nº 75, de 28 de novembro de 2000, arts. 177 e 178, definem que as Indicações Geográficas são divididas em duas espécies: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). A Indicação de procedência (IP) valoriza a tradição produtiva e o reconhecimento público de que o produto de uma determinada região possui uma qualidade diferenciada. É caracterizada por ser área conhecida pela produção, extração ou fabricação de determinado produto. Ela protege a relação entre o produto e sua reputação, em razão de sua origem geográfica específica.

A Denominação de origem (DO) possuem características daquele território agregam um diferencial ao produto. Define que uma determinada área tenha um produto cujas qualidades sofram influência exclusiva ou essencial por causa das características daquele lugar, incluindo fatores naturais e humanos. Em suma, as peculiaridades daquela região devem afetar o resultado final do produto, de forma identificável e mensurável.

Oliveira e Wehrmann (2013) discute a IG como uma possibilidade de ser uma

ferramenta coletiva de promoção comercial de produtos e serviços, agregar valor à localidade, ser modelo de desenvolvimento e promoção regional. A IG também representam uma ferramenta de proteção da biodiversidade, do conhecimento tradicional e dos recursos naturais.

Pode-se afirmar que a Indicação de Procedência (IP) está ligada essencialmente ao renome (tradição de produção, extração, transformação ou fabricação do produto). Nas IP os saberes e práticas tradicionais são associados geralmente a pequenos produtores rurais, agroextrativistas, artesãos e populações tradicionais em geral (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, etc.), o fator primordial é a tradição histórica e cultural que vai ser aliado durante o processo de reconhecimento ao conhecimento técnico-científico a fim de garantir a qualidade ao produto e adequalo ao mercado.

A delimitação geográfica da área para uma IG deve ser respaldada por argumentos técnicos, devendo-se considerar sempre o levantamento histórico-cultural, os fatores naturais, políticos e econômicos. Ela exprime as relações sociais de produção, transformação e elaboração do produto (LIMA, 2009). A área de abrangência de uma IG é delimitada fisicamente, com base nas coordenadas, na área total do território. Nesse sentido é necessário que os produtores sejam organizados em rede identificando-se, uns com os outros, constituindo-se em um mesmo sistema agrário ou territorialidade; praticando sistemas de produção e com objetivos convergentes.

Na normalização brasileira, a Lei - LPI, Resoluções, Instruções Normativas referente à inexistência de restrições quanto aos tipos de produtos ou serviços passíveis de reconhecimento territorial. Essa normalização, de caráter muito amplo, abrange políticas públicas e programas técnico-científicos específicos voltados ao incentivo do uso das IG, visando à agregação de valor comercial aos produtos, visando também ao desenvolvimento local, à proteção do patrimônio cultural, à diminuição do êxodo rural, ou seja melhorias na qualidade de vida dos produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é o resultado de estudos *in loco* no município de Iará e teve como objetivo uma análise teórica conceitual e prática do campesinato e suas formas de resistência. A produção da mandioca e sobretudo de seus derivados como a farinha de mandioca é histórica no município e remonta a tradição, cultura e religiosidade daqueles camponeses. Os camponeses estão analisando as possibilidades de implantar a indicação geográfica da farinha de mandioca como forma de garantia e melhoria da sua qualidade de vida e sobretudo de reprodução de seu modo de vida. O artigo é uma análise parcial do movimento socioespacial imbricados nas transformações do espaço agrário do município de Iará. É um estudo incipiente e estar aberto a vários olhares científicos. Possui relevância científica pois de maneira direta analisa o movimento socioespacial no campo

impirico e teórico mediado pelo trabalho.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas [1924]. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.). *A Questão Agrária - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Francisco de Assis. *A Especificidade Camponesa: Um trajeto de pensamento que se projeta no futuro*. Belém, NAEA, UFPA, 2008.

BELAS, Carla Arouca. *Indicações Geográficas e Salvaguarda do Patrimônio Cultural: artesanato de capim dourado Jalapão-Brasil*. 2012. 266p. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. *Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

FERNANDES, B. M. (2009). Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), *Diretoria e Cadastro Rural*/ publicação do Índice Básico de 1997. Disponível em <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 11/11/2015.

Indicações geográficas brasileiras : Brazilian geographical indications : indicaciones geográficas brasileñas Hulda Oliveira Giesbrecht, Raquel Beatriz Almeida de Minas, Marcos Fabrício Welge Gonçalves, Fernando Henrique Schwanke. -- Brasília : SEBRAE, INPI, 2014.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Abril Cultural: brasiliense, 1985.

LIMA, Maria Auxiliadora C. et al. *Subsídios técnicos para a indicação geográfica de procedência do Vale do Submédio São Francisco*. Petrolina-PE: Embrapa Semiárido, Documentos 222, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, Jose de Souza. Prefácio. In. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1984, (Prefácio).

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *O que é geografia*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009V.12, n.2 p.57-88. Dez, 2009.

NETTO, Jose Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1 ed. São Paulo, Expressão popular, 2011.

OLIVEIRA, Ramon de Souza; WEHRMANN, Magda Eva Soares de Faria. *Indicação Geográfica é uma boa alternativa para valorização dos produtos do agronegócio brasileiro*. Direito, Inovação e Desenvolvimento: tópicos de propriedade intelectual e concorrência Volume 2. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e Agricultura*. São Paulo: editora Ética, 2ed.1987.

PORTO. Maria Stela Grossi; SIQUEIRA. Deise Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: *Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensão e olhares*. Rio de Janeiro, Relume- Dumará, 1997.

RAFFESTIN. Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo. Editora Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. (1986). *Ecogénèse territoriale et territorialité*. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (coord.). *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard-Diderot.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. *Etnicidade e memória entre quilombolas em Irará-Bahia*. Salvador: UFBA, 221f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador,2008. (a)

SANTOS, Milton; Silveira, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS. Milton. *Espaço e método*. 5 eds.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 (b).

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOJA, E.W. *The political Organization of Space*. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography, 1971.

THOMAS JUNIOR. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho. In: *Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação antrópica 36, 126, 130

Apropriação 24, 26, 27, 120, 178, 183, 186, 187, 188, 189, 205, 215, 218, 219, 220, 233

B

Baixada Fluminense 69

Barreiras 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 203

Biogeografia 28, 96

BNCC 4, 9, 13, 14, 15, 17, 18, 23, 24, 29, 30, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 54, 55, 56, 58

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 42, 43, 44, 50, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 83, 86, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 144, 146, 147, 148, 153, 156, 159, 166, 168, 169, 170, 176, 177, 189, 190, 199, 200, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 215, 219, 222, 226, 229, 231, 232, 233, 248

C

Campesinato 167, 169, 170, 171, 174, 175, 210, 212, 213, 216

Canindeyú 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Categoria geográfica 33, 35

Cerrados 27, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 165, 166

Cigarro 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120

Covid-19 65, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95

Currículo 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

D

Departamentos Alto Paraná 109, 110, 113, 114

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 7, 8, 13, 14, 17, 18, 23, 26, 27, 29, 30, 34, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 98, 100, 103, 107, 125, 146, 147, 148, 153, 154, 158, 167, 168, 170, 171, 175, 177, 182, 185, 188, 189, 203, 204, 205, 206, 208, 211, 214, 215, 222, 224, 225, 229, 231, 232, 233

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 68, 71, 75, 79, 82, 84, 85, 98, 103, 152, 158, 191, 199, 212, 248

Educação ambiental 17, 18, 19, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 68, 82, 152

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 191, 248

Ensino de geografia 1, 2, 17, 35, 68, 248

Ensino técnico 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67

Epidemiologia 96, 99, 107

F

Fertilizantes 160, 178, 179, 180, 187, 188, 189

Formação de professores 12, 13, 30, 39, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 61, 64, 67

Fronteira Brasil-Paraguai 109, 110, 111, 112, 113, 114, 119, 123

G

Geoconservação 145, 146, 147, 150, 153

Geopolítica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 124

Geoprocessamento 68, 190

Geotecnologias 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 190, 191

Geoturismo 145, 146, 147, 148, 150, 153

Gripe espanhola 87, 88, 90, 91, 93, 95

I

Impactos 13, 15, 25, 27, 28, 49, 52, 53, 57, 85, 87, 88, 90, 106, 127, 143, 164, 165, 179, 182, 188, 192, 201, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 223, 225, 230, 231, 232

Indicação geográfica 167, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 177

L

Libras 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50

Lugar 4, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 33, 35, 36, 37, 38, 43, 56, 70, 71, 75, 76, 79, 80, 81, 98, 113, 127, 174, 203, 204, 205, 236, 239, 240, 244

Luís Eduardo Magalhães 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

M

Megamineração 214, 232

Meio ambiente 18, 21, 24, 26, 32, 37, 38, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 65, 67, 103, 107, 126, 131, 144, 179, 182, 188, 191, 199, 203, 215, 225, 229, 230, 232

Metodologias ativas 39, 40, 47, 48, 49, 50, 51

Município 35, 54, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 116, 126, 128, 129, 131, 133, 134, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150,

151, 152, 153, 160, 161, 162, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 203, 207, 212, 214, 220, 226

N

Norte de Minas 214, 220, 222, 228, 229, 231, 232

O

Oeste do Paraná 109, 110, 111, 113, 115

P

Paisagem 14, 33, 35, 36, 37, 55, 56, 65, 132, 141, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 164, 220

Paraná 98, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 124, 128, 145, 148, 149, 153, 159, 173, 174, 180

Pensamento geográfico 33, 34, 38

Pluviosidade 126, 131, 136

Prevenção de desastres naturais 190

R

Recife 87, 88, 89, 91, 93, 95

Recursos hídricos 26, 27, 134, 178, 180, 188, 189

Redes ilegais 109, 113, 116, 120, 122

Reestruturação produtiva 154, 155, 156, 157, 160, 165, 177

Resistência camponesa 167

S

Saneamento ambiental 96, 106

T

TDIC'S 45

Tecnológico 13, 26, 27, 46, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 237

Território 4, 5, 7, 9, 12, 14, 15, 27, 36, 52, 53, 56, 69, 77, 82, 86, 102, 112, 118, 124, 125, 128, 129, 146, 157, 158, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 183, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 213, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233, 248

Transformação espacial 87, 89

U

Urbanização 28, 90, 98, 103, 127, 130, 141, 148, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 165, 166

GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



 **Atena**
Editora
Ano 2022

GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

